



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

OS EMPREENDIMENTOS CAPITALISTAS E SEUS IMPACTOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA - PESQUEIRO DO CUMBE, ARACATI – CE

The capitalist enterprises and their impacts on the Fisher Territory of Cumbe, Aracati – CE

Las empresas capitalistas y sus impactos en el Territorio Quilombola Pesqueiro do Cumbe – Aracati – CE

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v26.987>

Ariel Rocha Nóbrega de Castro¹

Lara Maia dos Santos²

Camila Dutra dos Santos³

Histórico do Artigo:

Recebido em 28 de setembro de 2023

Aceito em 25 de agosto de 2024

Publicado em 15 de setembro de 2024

RESUMO

O artigo em questão tem o objetivo de debater os impactos sociais e ambientais oriundos da instalação de empreendimentos no território quilombola do Cumbe, situada em (Aracati/Ceará), especialmente os relacionados à carcinicultura, aos parques eólicos e à Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE. Os principais procedimentos metodológicos utilizados basearam-se em levantamento bibliográfico sobre os principais conceitos, temas, e categorias trabalhadas, a utilização de um caderno de campo para a descrição do dia a dia vivido no quilombo, reuniões de planejamento da pesquisa, rodas de conversa com os(as) quilombolas e entidades parceiras, participação em eventos organizados pela comunidade, aplicação de entrevistas semiestruturadas e realização de oficinas de cartografia social. Foi possível constatar, principalmente, por meio da metodologia da cartografia social, o conjunto de injustiças ambientais presentes neste território quilombola-pesqueiro e as conexões com as práticas desenvolvimentistas das empresas instaladas nas últimas décadas. Esse “desenvolvimento” tem exaurido os bens naturais locais, considerados pela comunidade como bens comuns, e ocasionado diversos impactos que ameaçam a existência, o trabalho e a cultura dessa população tradicional, levando ao surgimento de conflitos socioambientais no território.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: arielmc@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-1418-216X>

² Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Email: lara.santos@aluno.uece.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1407-7597>

³ Professora do Curso de Geografia e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Email: camila.dutra@uece.br

 <http://orcid.org/0000-0002-9453-5983>

Palavras-chave: Empreendimentos capitalistas. Impactos sociais e ambientais. Território Quilombola do Cumbe.

ABSTRACT

The article aims to discuss the social and environmental impacts of the installation of enterprises in the Quilombola territory of Cumbe (Aracati/Ceará), especially related to shrimp farming, wind farms and the water and sewage company of Ceará - CAGECE. The main methodological procedures were based on a bibliographical survey about the fundamentals concepts, themes, and categories worked on, the creation of a field notebook to describe the everyday of the quilombo, research planning meetings, conversation circles with the quilombolas and partner entities, participation in events organized by the community, application of semi-structured interviews and realization of social cartography workshops. It was possible to verify, mainly through the methodology of social cartography, the set of environmental injustices present in this quilombola-fishing territory and the connections with the developmental practices of the companies installed in the last decades. This “development” has exhausted the local natural goods, considered by the community as a common goods and caused several impacts that threaten the existence, work and culture of this traditional population, leading to the arising of socio-environmental conflicts in the territory.

Key words: Capitalist enterprises. Social and environmental impacts. The Quilombola Territory of Cumbe.

RESUMEN

El artículo en cuestión tiene como objetivo discutir los impactos sociales y ambientales derivados de la instalación de proyectos en el territorio quilombola de Cumbe (Aracati/Ceará), especialmente los relacionados con la cría de camarones, los parques eólicos y la Compañía de Agua y Saneamiento de Ceará - CAGECE. Los principales procedimientos metodológicos utilizados se basaron en un levantamiento bibliográfico sobre los principales conceptos, temas y categorías trabajadas, la utilización de un cuaderno de campo para describir la vida cotidiana en el quilombo, reuniones de planificación de la investigación, círculos de conversación con quilombolas y entidades colaboradoras, participación en eventos organizados por la comunidad, entrevistas semiestructuradas y realización de talleres de cartografía social. Fue posible verificar, principalmente, a través de la metodología de la cartografía social, el conjunto de injusticias ambientales presentes en este territorio pesquero quilombola y las conexiones con las prácticas de desarrollo de las empresas instaladas en las últimas décadas. Este “desarrollo” ha agotado los bienes naturales locales, considerados por la comunidad como bienes comunes, y causando diversos impactos que amenazan la existencia, el trabajo y la cultura de esta población tradicional, provocando el surgimiento de conflictos socioambientales en el territorio.

Palabras clave: Empresas capitalistas. Impactos sociales y ambientales. Territorio Quilombola de Cumbe.

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de uma série de pesquisas desenvolvidas na comunidade Quilombola do Cumbe, situada no município de Aracati (Ceará). A partir dessas investigações, surgiu o anseio de estudar conflitos pela água por parte dos(as) pesquisadores(as) e da demanda da comunidade, em busca de um estudo mais aprofundado sobre os impactos em seus mananciais e em suas atividades de reprodução da vida, gerados pelos grandes empreendimentos capitalistas que se instalaram no seu território. Durante a realização da pesquisa, contamos com o diálogo e a participação dos(as) quilombolas em diversas etapas.

Esses trabalhos somente foram possíveis com a colaboração dos(as) quilombolas, e das instituições parceiras como por exemplo: a Associação Quilombola do Cumbe, o Instituto Terramar de

Pesquisa e Assessoria da Pesca Artesanal, e o Conselho Pastoral dos Pescadores, configurando-se em uma pesquisa participativa. Para Brandão e Borges (2008, p.53) “os modelos da pesquisa participante se originam dentro de diversas unidades de ação social que atuam, preferencialmente, junto a grupos ou comunidades populares”. A prática da pesquisa participativa acaba sendo um importante procedimento metodológico, pois os(as) pesquisadores(as) acabam se adequando aos territórios e às instituições na construção de uma pesquisa na qual se insira os(as) sujeitos.

Entre as suas diferentes alternativas, de modo geral, as pesquisas participantes alinham-se em projetos de envolvimento e mútuo compromisso de ações sociais de vocação popular. Assim, geralmente, elas colocam face-a-face pessoas e agências sociais “eruditas” (como um sociólogo, um educador de carreira ou uma ong de direitos humanos) e “populares” (como um indígena tarasco, um operário sindicalizado argentino, um camponês semialfabetizado do Centro-Oeste do Brasil ou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). (BRANDÃO e BORGES, 2008, p.53).

Em relação ao método analítico, nos inspiramos na Pedagogia do Território, proposta desenvolvida pelo grupo de pesquisa Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS), da Universidade Federal do Ceará - UFC, que se dedica à compreensão dos territórios vinculados às pesquisas extensionistas e participativas. A pedagogia do território surge para apresentar novas metodologias para os estudos acadêmicos, a partir da segunda metade do século XXI, como um novo modo de fazer ciência, em resposta às lutas e demandas dos sujeitos dos territórios.

Dessa forma, a pedagogia do território, segundo Sousa e Cavalcante (2021), ressignifica o papel da Ciência Colonial, a partir do momento que reconhece, respeita e valoriza o conhecimento dos sujeitos por meio de suas experiências com o território e a natureza, construindo um saber compartilhado de conhecimentos entre pesquisador(a) e sujeito. Somando a isso, deve-se considerar que, segundo Leão, Melo e Rocha (2016), o diálogo de saberes é essencial para a pedagogia do território, pois os sujeitos, que são impactados(as) pelos processos de ocupação dos empreendimentos capitalistas e sofrem situações de injustiça, racismo e violência, são chamados de “sujeitos políticos e epistêmicos” (p.6) e devem participar como protagonistas da pesquisa.

Nossos procedimentos metodológicos, para a realização da pesquisa, basearam-se em: levantamento bibliográfico; reuniões para sistematização e planejamento de trabalhos de campo; rodas de conversa com os(as) quilombolas, grupo de pesquisa e OSCs para inventário do sistema produtivo da comunidade; aplicação de entrevistas; e realização da oficina de cartografia social.

Na construção do trabalho, foi necessária a consulta de livros e trabalhos científicos que explanaram sobre os principais conceitos, categorias e temas trabalhados, como: justiça e injustiça ambiental, racismo ambiental, território e suas derivações, conflitos socioambientais e comunidade tradicional.

Ademais, foi necessária a leitura de trabalhos científicos que versassem sobre a comunidade quilombola-pesqueira do Cumbe, seu ambiente, e os impactos causados pelos empreendimentos que chegaram em seu território. Pesquisamos em bibliotecas virtuais, como: *Scielo Scientific Eletronic Library Online*, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Google Acadêmico, nos Periódicos da CAPES⁴; e em bibliotecas físicas como a da Universidade Estadual do Ceará-UECE.

Os trabalhos de campo foram essenciais para a realização das entrevistas semiestruturadas com os(as) quilombolas, as quais indagavam sobre: a relação da comunidade com a água, incluindo suas principais atividades envolvendo os mananciais do território e os impactos seguidos dos conflitos socioambientais que grandes empreendimentos a exemplo da: CAGECE, carcinicultura, e eólica, geraram na comunidade estudada. Vale destacar que os nomes verdadeiros dos entrevistados foram trocados por nomes fictícios de animais que se encontram no seu território, e colocados entre aspas, por exemplo: “Guaiamum”, “Tilápia”, “Uçá”.

Além das entrevistas semiestruturadas, realizamos rodas de conversa com os(as) quilombolas para sistematizar as principais atividades tradicionais e econômicas e como essas atividades estão espacializadas no território, compreendendo a importância das relações dos(as) quilombolas com os sistemas ambientais.

O trabalho de campo também nos permitiu a realização da oficina de cartografia social junto aos(às) quilombolas, atividade nomeada de “Cartografia Social das Águas”. A execução da atividade foi planejada e dialogada com os(as) membros(as) das entidades parceiras e da comunidade, e nos proporcionou a criação de diversos mapas sociais, nos permitindo espacializar quais atividades tradicionais relacionadas à água deixaram de existir ou continuaram existindo após a chegada dos grandes empreendimentos no território tradicional.

É importante mencionarmos que a Cartografia Social, de acordo com Meireles et al. (2018), objetiva empoderar os sujeitos sociais na composição dos mapas envolvendo o seu território. Com base em Gorayeb, Meireles e Silva (2015), a cartografia social privilegia a sabedoria popular, simbólica e cultural, na concepção de mapas de territórios tradicionais, inserindo-os dentro de uma lógica científica, atribuindo às comunidades o poder de retratar o seu território.

Com isso, decidimos trabalhar também com essa técnica da cartografia social pois, além dela nos permitir angariar mais detalhes sobre o quilombo, também permitiu a criação de mapas úteis à comunidade, nos quais ela pudesse reconhecer-se e, portanto, empregá-los nos seus processos de luta.

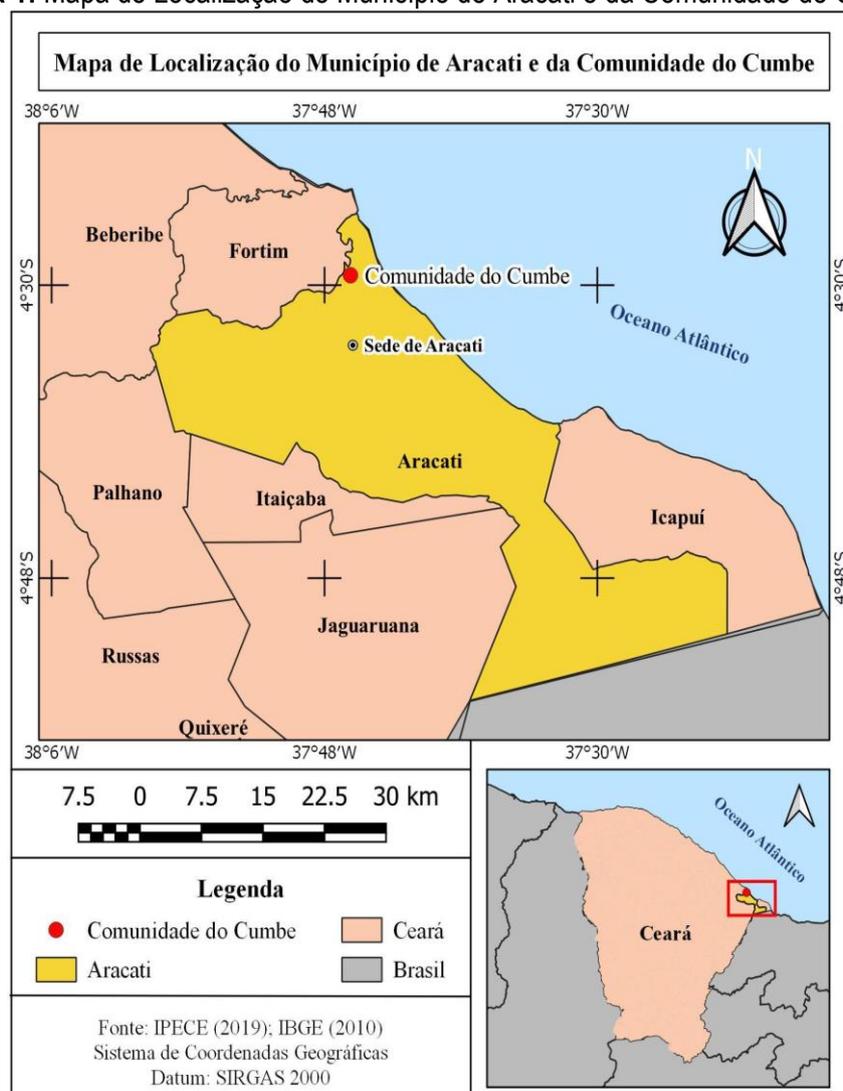
⁴ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Os resultados das pesquisas mostraram um quadro grave de injustiças e racismo ambiental no território quilombola-pesqueiro do Cumbe, originado do processo de instalação e operação de empreendimentos econômicos privados e públicos, desde os anos 1970. Além da privação de partes do território, que antes eram de livre acesso, observou-se a degradação dos ecossistemas marinho-costeiros, a privatização do acesso à água, a negação da identidade quilombola e a promoção de conflitos internos na própria comunidade, conforme será apresentado ao longo do artigo.

O QUILOMBO DO CUMBE É HISTÓRIA, CULTURA E RESISTÊNCIA

A comunidade do Cumbe é uma comunidade tradicional de ascendência negra e quilombola, localizada no litoral do município de Aracati - Ceará, de acordo com Silva (2016), a comunidade se encontra a 12 km da sede de Aracati, próximo ao limite com o município de Fortim (mapa 1).

Mapa 1: Mapa de Localização do Município de Aracati e da Comunidade do Cumbe.



Fonte: CASTRO, SANTOS e SANTOS, 2022.

Com base em Nascimento e Lima (2017) e Nascimento (2014), o Cumbe possui cerca de 168 famílias. À leste da comunidade encontramos um campo de dunas móveis e suas lagoas interdunares, parte considerável desta área de dunas foi ocupada por 67 aerogeradores de empresa eólica; à oeste da comunidade encontramos carnaubais, o Rio Jaguaribe e o manguezal.

A Comunidade Quilombola do Cumbe tem uma longa história, que começa antes da invasão portuguesa às terras de Abya Yala⁵ (Américas) onde parte delas foram dominadas e transformadas no que atualmente se configura como Brasil. O Cumbe era ocupado pelos indígenas que ali moravam, essa história é conhecida graças aos campos de dunas móveis e semifixas encontrados no território, que soterraram e conservaram artefatos criados há milênios de anos atrás. Nascimento e Lima (2017) elucidam que no Campo de Dunas do Cumbe e em seu entorno foram encontrados artefatos de 5000 a 6000 anos de antiguidade, esses de origem Tupi e Tapuias, assim como foram encontrados utensílios posteriores à invasão dos portugueses, datados do século XVIII e XIX.

Os povos que viviam no Cumbe, anteriormente à apropriação portuguesa, segundo Nascimento (2014), Silva (2016) e Santos (2020), foram expulsos de suas terras pelos colonizadores. As invasões portuguesas no Cumbe datam a partir do século XVII. Os lusitanos passaram as terras dos nativos para grandes comerciantes de Aracati, município desde 1747, e desta forma dividiram as terras do Cumbe entre 9 (nove) famílias. Essas famílias, com o tempo foram desenvolvendo atividades agrícolas como plantação de cana-de-açúcar, principalmente, para a fabricação de cachaça, e pecuária com intuito de produzir a carne de charque⁶. Com base em Silva (2016), devido a estiagens prolongadas que ocorreram no período de 1777 a 1778, no período posterior de 1790 a 1793, houve um declínio relevante na pecuária, evidenciando a produção de açúcar e de seus derivados, especialmente a rapadura e a cachaça.

Nascimento e Lima (2017) explicam que o período de ocupação do Território do Cumbe é muito parecido com o processo de ocupação da região do Aracati, isto é, as histórias se entrelaçam. Os autores também explicam que no então Sítio do Cumbe funcionava um total de 9 (nove) engenhos de cana-de-açúcar, certamente, o número de engenhos deve ter uma relação direta com o número de famílias proprietárias. Além da produção de açúcar, havia também o cultivo de outras culturas, porém em quantidade consideravelmente menor. A região ficou conhecida por fabricar a melhor cachaça da região, “era afamada a cachaça produzida nos engenhos e sítios do Cumbe, porém poucas informações e registros documentais encontraram sobre as pessoas que trabalhavam desde o preparo da terra até a produção da cachaça” (NASCIMENTO; LIMA, 2017, p.6).

⁵ Nomenclatura dada pelos nativos à América antes dela ser conhecida desta forma, Porto-Gonçalves (2012).

⁶ A carne de charque, é um tipo de carne salgada e desidratada, seca ao sol para que se conserve por mais tempo.

Segundo Chaves e Silva (2018), no Ceará as atividades desenvolvidas como a criação de gado e a agricultura eram realizadas em sua maioria por brancos pobres e negros, mesmo o estado tendo pouca expressividade na quantidade de africanos em comparação com os outros sujeitos, devido as atividades da região serem menos intensivas no uso de mão de obra, como a pecuária e a agricultura, não se pode considerar a inexistência desses grupos.

Chaves e Silva (2018) afirmam que as manifestações culturais dos negros foram, sistematicamente, combatidas no Ceará, pois na visão das autoridades e da sociedade, de forma geral, essas expressões eram vistas como ameaças à ordem, assim proibiam cotidianamente cantorias, manifestações religiosas e danças. A forma que os africanos encontraram para conseguir sobreviver e manter suas ancestralidades era fugindo e se organizando em comunidades, pois, assim como os índios, os africanos não aceitaram passivamente o trabalho escravo, existindo cotidianamente diversas formas de resistência, tanto individual como coletiva (CHAVES; SILVA, 2018).

A ocupação do território brasileiro, desde a colonização, gerou um processo de coisificação da natureza e da cultura dos povos tradicionais, que passaram a ser invisibilizados. Para Silva e Nascimento (2012), essa ocupação mudou drasticamente a paisagem natural frente ao “desenvolvimento” que se instalava, ao passo em que muitos sujeitos buscavam refúgio em áreas afastadas para sobreviver em liberdade.

Com base em Nascimento e Lima (2017), atualmente no território do Cumbe, 100 famílias do total de 168 se reconhecem como quilombolas, e mantêm práticas tradicionais como a pesca artesanal (no Rio Jaguaribe e no mar), cata de caranguejo, mariscagem, artesanato, agricultura, entre algumas outras, como por exemplo o turismo comunitário, fazendo dessas atividades as principais fontes de renda e segurança alimentar da comunidade.

Como visto, nem todos(s) do território se reconhecem enquanto quilombolas, porém, muitos(as) realizam a atividade da pesca e coleta de mariscos, atividades transmitidas de geração para geração, praticadas por mulheres, homens e crianças. Vale ressaltar que, segundo Borzacchiello, Cavalcante e Dantas (2007), a atividade pesqueira é parte da história do povo cearense, sendo os índios, que viviam no litoral do Ceará, exímios pescadores.

A comunidade quilombola-pesqueira do Cumbe possui um modo de vida tradicional ligado ao ambiente⁷. O território está totalmente inserido em uma área de proteção ambiental - APA de Canoa Quebrada, contendo uma diversidade de riquezas provenientes do encontro do Rio Jaguaribe com o mar, com um rico ecossistema manguezal e uma extensa área de dunas, onde a comunidade realiza diversas atividades nesses ambientes relacionadas à pesca, cata de mariscos, lazer e refúgio.

⁷ O entendimento que temos de ambiente é baseado em Souza (2019) e Suertegaray (2021).

Dentre o patrimônio cultural do território do Cumbe, Nascimento e Lima (2017) citam a construção das casas de taipa e o Sítio Santa Cruz, cemitério do território, um local sagrado onde ficam resguardadas as figuras ancestrais em cima dos morros. Há também a presença dos sítios arqueológicos e os engenhos de cana de açúcar, datando a ocupação do território.

Destacamos também, as tradições locais, as celebrações, como a festa do padroeiro, novenas, os calungas, os presépios, os papangus, suas histórias e lenda, seus saberes e fazeres, como o labirinto, as embarcações e os apetrechos de pesca, as pescarias de peixes, a culinária tradicional, as brincadeiras, o lazer, e os “lugares de memórias” que são os locais onde as pessoas se reúnem para criar e recriar práticas coletivas. São alguns exemplos dos elementos culturais que compõem as histórias e as memórias dessa comunidade que secularmente habita esse território da região do Aracati, do Ceará e do Brasil. (NASCIMENTO, LIMA, 2017, p.8)

O território do Cumbe é perpassado por diversos conflitos, o principal deles é a disputa territorial. Assim como as diversas outras comunidades pesqueiras e tradicionais do estado, o Cumbe se localiza em terrenos de marinha⁸, que pertencem à União Federal (sob jurisdição da Secretaria do Patrimônio da União–SPU e gerenciados pelos Departamentos de Patrimônio da União – DPU, sediados nas capitais), ainda, constituem-se em áreas a serem utilizadas com fins de interesse público.

O grande problema está no fato de que não se sabe a extensão dos terrenos de marinha, então, pela dificuldade de determinação territorial, muitos conflitos surgem nos territórios, oriundos da instalação de obras públicas ou privadas.

O que se observa, a partir da pesquisa de campo no litoral leste do Ceará, é que os terrenos de marinha têm sido apropriados para atender a interesses que estão além dos interesses dos moradores da zona costeira cearense. Sem dúvida, a sua ocupação e/ou comercialização viabilizam, principalmente, interesses econômicos. Muitos são os empreendedores que tomam a beira-mar como lugar estratégico para realização de bons negócios. (LIMA, 2006, p. 41)

Ao passo que, temos os terrenos de marinha como lugares estratégicos para a chegada de empreendimentos capitalistas, há a presença de comunidades que vivem nesses espaços, porém não detém de títulos das terras. Segundo Lima (2006), as comunidades pesqueiras marítimas se apropriam do território coletivamente. As posses das terras são demarcadas por cercas naturais, como coqueiros e plantações, repassadas de pai para filho, o chamado *direito nato*.

Porém, a chegada de empreendimentos capitalistas intensificou o uso da natureza, modificando as práticas cotidianas, causando impactos socioambientais significativos, visto que os ambientes onde essas empresas estão localizadas são áreas de preservação ambiental, portanto percebe-se que os conflitos são de natureza tanto ambiental quanto territorial e social. Isso está intimamente ligado aos processos de racismo ambiental, pois gera uma mudança nas práticas culturais,

⁸ definido a partir da linha da preamar na costa marítima e áreas de influência das marés.

expulsão de moradores de suas casas, exploração de mão de obra local e barata, bem como aumento da violência, desemprego e exploração das mulheres.

A vulnerabilidade socioambiental é causada devido à discriminação dos povos tradicionais, já que seus modos de vida não condizem com a forma exploratória de acumulação capitalista promovida pelo modo de produção vigente e, por isto, são invisibilizados pelos projetos desenvolvimentistas que chegam e mudam o cotidiano e os ecossistemas presentes, gerando conflitos e riscos sociais e ambientais aos(as) quilombolas, configurando o racismo ambiental (CARTIER et al., 2009). Os(as) quilombolas do Cumbe sofrem constantemente com o racismo ambiental e, ao mesmo tempo, com a deslegitimação de suas práticas tradicionais.

As práticas tradicionais realizadas até os dias de hoje pelos(as) quilombolas do Cumbe são consideradas formas de resistência e de busca por justiça ambiental, práticas que caracterizam a história e a ancestralidade do território. Os(as) quilombolas desenvolvem várias atividades que movimentam a renda e, principalmente, conservam os sistemas ambientais locais, como o artesanato, os quintais produtivos, o extrativismo e a pesca.

O artesanato se caracteriza pela elaboração de produtos que são aproveitados do próprio território, como a madeira da iburana e da carnaúba, vegetação comum no território, devido à conservação dos(as) quilombolas(as), que não destroem as árvores, mas sim coletam os materiais pela região, geralmente são galhos ou madeiras que caíram naturalmente e que são reaproveitados para fazer artefatos (SANTOS, 2020). No artesanato, tudo pode virar arte, e por isso, conhecer o quintal do mestre Cheirinho, antigo artesão local, é reconhecer que há uma sensibilidade de procurar e criar a partir do que a natureza oferece.

O labirinto, feito pelas mulheres marisqueiras, é uma técnica desenvolvida e repassada de mãe para filha, onde há a produção de peças de roupas como vestidos, colchas de cama, toalhas de mesa, que servem para a decoração e como fonte de renda complementar das mulheres marisqueiras.

Os quintais produtivos também se destacam no território do Cumbe e são voltados para a sustentação das famílias quilombolas, bem como a troca que é feita das riquezas dos quintais. Em algumas épocas do ano há uma comercialização do excedente que foi produzido dentro dos quintais, como o coco verde e o limão (SANTOS, 2020).

Além da plantação e criação de animais nos quintais, também há a atividade de extrativismo vegetal que é realizada em todo o território. O mato possui uma grande diversidade, presente pelos caminhos entre as casas, nos quintais e nas dunas, muitos sendo utilizados para a produção de chás e de lambedores, com função medicinal.

Não podemos deixar de destacar a atividade da pesca artesanal, realizada pelos(as) quilombolas e que é uma das atividades que faz circular a renda na região, e resiste frente às tentativas de privatização e destruição do ecossistema local, a atividade consiste na pesca utilizando instrumentos feitos artesanalmente, como a tarrafa, o landau, o jereré, a linha de vara, a rede de arrasto, a tapagem de rede, o rengalho, entre outros. Normalmente, em épocas específicas do ano, os(as) pescadores(as) variam os locais de pesca para proporcionar a reprodução das espécies. Geralmente utiliza-se o rio, a praia, o mangue e o apicum⁹ para a pesca e cata de mariscos e crustáceos.

Dessa forma, o quadro 1 a seguir sistematiza as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos/as quilombolas do Cumbe, suas localidades e quem as pratica.

Quadro 1: Sistematização das atividades econômicas do Quilombo do Cumbe, Aracati/CE.

ATIVIDADE	LOCAL	QUEM REALIZA
Pesca	Rio, mangue, apicum e praia	A pesca pode ser feita tanto no mar quanto na praia. A cata de mariscos é normalmente realizada pelas mulheres no rio e as demais atividades de pesca são realizadas por homens.
Artesanato	Por todo o território, normalmente reutilizando restos de galhos, plantas e madeiras encontrados nas dunas, próximo ao rio e na praia.	A maioria dos artesãos são homens e mulheres mais velhos, algumas mulheres também realizam a costura.
Agricultura	Por todo o território, principalmente nos quintais dos/as moradores/as.	As mulheres estão mais à frente dessa atividade, pela ligação mais direta com a casa, a família e os bichos.
Extrativismo	Pelos quintais e nos morros e dunas do território.	Todos/as do território praticam a atividade, mulheres, homens, crianças e idosos.

Fonte: CASTRO, SANTOS e SANTOS, 2022.

⁹ A zona menos inundada do manguezal, na transição para a terra firme, é normalmente desprovida de vegetação arbórea.

As atividades realizadas pelos pescadores e pescadoras necessitam de proteção dos sistemas ambientais presentes, pois funcionam como forma de afirmação da identidade quilombola-pesqueira e representam territorialidades, as quais serão explicadas melhor no tópico seguinte.

TERRITÓRIO, DE CATEGORIA DE ANÁLISE A MEIO DE SOBREVIVÊNCIA

Com a apresentação que fizemos anteriormente, sobre a Comunidade do Cumbe, podemos perceber o quanto ela é rica, tanto do ponto de vista natural, quanto cultural. Mas nada disso poderia ser compreendido sem a dimensão territorial, pois a preservação de suas práticas culturais e a preservação de seu ambiente ocorre graças à existência do território tradicional quilombola, onde há resistência à territorialização de empreendimentos que prejudicam a sobrevivência do quilombo. Para assimilarmos bem esta afirmação, devemos antes compreender o que é território e suas derivações.

O Território é uma das categorias fundamentais da ciência geográfica, e como sua principal característica temos a sua relação direta com o “poder”. Souza (2016) explica que o território é demarcado e definido com base em relações de poder, dito isto, também é importante entendermos que o poder tem um alcance espacial, esse seria delimitado precisamente pelo limite do território em questão.

Segundo Arendt (1969), para que uma pessoa ou grupo imponha algo em um território, precisa estar investido de poder, para isso, esse poder deve ser cedido pelas demais pessoas do território, porque o poder não é algo individual, ele existe apenas na coletividade, assim, se não existir uma coletividade que invista determinado poder ao indivíduo, grupo, ou entidade, esse(s) não terá(ão) poder. Desta forma, com base no que lemos em Souza (2016) e Arendt (1969), o poder é uma relação social, e o território: “uma relação social tornada espaço” (SOUZA, 2016, p.97).

Segundo Souza (2016), o que define o território é o poder, isto é, o perfil dessa categoria é justamente a dimensão política das relações sociais, mas isto não quer dizer que as demais dimensões de um território não tenham importância. De acordo com Souza (2016) e Haesbaert (2019), o território necessita de um substrato material para existir, e é nesse que estão contidos os bens naturais do território, vulgus “recursos”, dando-o uma dimensão econômica. Haesbaert (2019) explica que, além do aspecto político e econômico, o território também possui uma faceta cultural-simbólica, diretamente ligada à identidade dos indivíduos daquele território, o que não pode de forma alguma ser ignorada.

Desta forma, podemos entender que o território é multifacetado e, de acordo com Haesbaert (2019), os indivíduos que fazem parte do território podem ter uma relação de apropriação desse, mais concreta e funcional, destacando sua faceta econômico-política, ou ter uma relação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica:

(...) cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com seus espaços, dependendo da dinâmica e das estratégias que estão em jogo. (HAESBAERT, 2019, p.96)

Como discutido, todo território possui sua materialidade, substrato espacial, e imaterialidade, suas múltiplas dimensões: política, econômica (mais funcionais) e cultural-simbólica (subjetiva) e, conforme o território, uma dimensão terá mais destaque que as outras. É importante compreendermos que, comumente, os territórios das comunidades tradicionais têm uma vertente cultural-simbólica muito forte. É o caso por exemplo do Quilombo do Cumbe.

Para compreendermos a vertente cultural simbólica do Quilombo do Cumbe e os ataques sofridos pelo território devido à: chegada das empresas de carcinicultura, empresa eólica e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, que detalharemos no próximo tópico, antes precisamos assimilar duas derivações da categoria de território: o processo de territorialização/desterritorialização e a territorialidade.

A territorialização e a desterritorialização são processos, o primeiro ocorre quando determinado grupo torna um espaço o seu território (territorializando-se), o segundo ocorre quando determinado grupo é forçado a deixar seu território (desterritorializando-se). Haesbaert (2019, p. 97) explica que territorializar-se “[...] significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais”

O autor supracitado também explica que existe uma diferença entre a territorialização de grupos indígenas, e podemos acrescentar demais comunidades tradicionais, além da territorialização de grupos executivos de empresas multinacionais. Para os primeiros, o território seria construído em um sentido de área-abrigo e fonte de sobrevivência, em uma escala principalmente local, já para as empresas iria interessar enquanto meio articulador de conexões ou redes de caráter eminentemente global.

Como as comunidades tradicionais se relacionam com o território como fonte de sobrevivência, o processo de desterritorialização dessas comunidades costuma ser devastador, pois perdem seus meios de subsistência intrinsecamente ligados ao território, além de perderem a condição de realizarem práticas diretamente ligadas à sua cultura e identidade.

A comunidade Quilombola do Cumbe vem sofrendo desterritorialização de algumas áreas do seu território. Ainda que não seja uma desterritorialização absoluta do território de origem, isso veio a afetar a convivência dos quilombolas, um exemplo claro disso seria o campo de dunas, onde se localizam as lagoas interdunares. Esse local foi ocupado pela usina eólica, que chegou a proibir a entrada na área,

dificultando o acesso às lagoas utilizadas para pesca e lazer, veremos detalhadamente este caso no próximo tópico.

Para compreendermos bem a vertente cultural simbólica do Cumbe e a importância que suas atividades de subsistência têm para a manutenção do território, é importante assimilarmos também o que é a “territorialidade”. Como uma primeira aproximação podemos afirmar que a territorialidade é a prática do território, ou seja, práticas que territorializam determinado grupo em um determinado território. Saquet e Sposito (2009, p. 11) explicam que “a territorialidade designa a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano”.

Para as comunidades quilombolas, as territorialidades se dão a partir das terras de uso comum, ou seja, a partir de territórios onde as relações ligadas ao ambiente e a ancestralidade estão conectadas.

As terras de uso comum são caracterizadas por uma diversidade de situações de apropriação dos recursos naturais, utilizados segundo uma variedade de formas entre o uso e a propriedade e entre o caráter privado e o comum, perpassadas por fatores étnicos, relações de parentesco, e acompanhadas da cooperação e da coparticipação. (CARVALHO E LIMA, 2013, p. 334).

As terras de uso comum se configuram como um controle do território de uma forma mais coletiva, com uma produção autônoma, baseada no trabalho familiar e coletivo com a interação de diferentes famílias.

[...] tais formas designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social. [...] A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. (ALMEIDA, 2004, p. 10).

Os(as) quilombolas do Cumbe expressam suas territorialidades pescando peixe e marisco no rio Jaguaribe, pescando peixe no mar, tomando banho nas lagoas interdunares, tomando banho no rio, praticando cata de caranguejo no mangue, o “cumê no mato”¹⁰, coletando material para a criação de artesanato, cuidando dos seus quintais produtivos, realizando o turismo comunitário com visitantes, o extrativismo natural, contando as lendas de entidades vistas no mangue e no rio, entre outras atividades e práticas culturais, todas essas atividades são formas de projetar o poder da comunidade sobre seu território e, ao mesmo tempo são práticas do dia a dia dos quilombolas, indispensáveis para a manutenção do seu modo de vida.

¹⁰ Prática tradicional da comunidade que envolve pegar a comida no próprio ambiente (mangue, rio, lagoa), cozinhá-la naquele local (construindo uma fogueira), e comê-la enquanto se socializam.

Muitas práticas e vivências, ou seja, territorialidades, dos(as) quilombolas no território como: a pesca, a cata de caranguejo, a mariscagem, o extrativismo, a plantação nos quintais produtivos, entre outras, estão sendo afetadas (impedidas ou diminuídas) pela chegada das empresas contribuindo diretamente com a desterritorialização de quilombolas. Afinal, como as territorialidades são o que de fato territorializa um povo, o impedimento ou diminuição dessas gera a desterritorialização deste povo.

Diante disso, é necessário debater sobre a realidade vivida nesses territórios e, sobretudo, entender como os projetos de desenvolvimento econômico lidam com as formas de vida existentes, e se há uma aceitação e adequação de todos e todas a esses empreendimentos. Para muitos, a presença de empreendimentos representa desenvolvimento, porém, devemos compreender que “desenvolvimento” é esse e quem de fato é beneficiado por sua presença.

Para Nascimento (2014, p.29), “é necessário entender porque os territórios tradicionais são os mais ameaçados pelos investimentos econômicos da carcinicultura, dos resorts e dos empreendimentos imobiliários”. Isso está intimamente ligado aos processos de racismo ambiental, pois gera uma mudança nas práticas culturais, expulsão de moradores de suas casas, exploração de mão de obra local e barata, bem como aumento da violência e exploração das mulheres.

[...] esses problemas ambientais são exacerbados pelo racismo ambiental, que refere-se a políticas públicas ambientais, práticas ou diretivas que afetam de modo diferente ou prejudicam (de modo intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades de cor ou raça. O racismo ambiental é reforçado pelo governo, assim como pelas instituições legais, econômicas, políticas e militares. Ele encontra-se combinado com políticas e práticas industriais que, ao mesmo tempo que garantem benefícios para os países do Norte, direcionam os custos para os países do Sul. O racismo ambiental é uma forma de discriminação institucionalizada. A discriminação institucional é definida como ações ou práticas conduzidas pelos membros dos grupos (raciais ou étnicos) dominantes com impactos diferenciados e negativos para os membros dos grupos (étnicos ou raciais) subordinados. (BULLARD, 2004, p. 42).

Herculano (2008) afirma que o racismo é a forma pela qual desqualificamos o outro e o anulamos por ser diferente, definindo uma raça e colocando o outro como inferior, culpado biologicamente pela própria situação e, dessa forma nos eximimos de culpas. Os moradores do Cumbe sofrem constantemente com o racismo ambiental e, ao mesmo tempo, com a deslegitimação de suas práticas.

A instalação do parque eólico e o avanço da carcinicultura geraram vários conflitos, pois tanto prejudicaram os modos de vida existentes, dependentes do ecossistema local, quanto provocaram processos de culpabilização dos próprios moradores pelas dificuldades que passam.

Segundo Nascimento (2014), esses empreendimentos criam mecanismos estratégico-políticos dentro das comunidades costeiras e territórios tradicionais, criando conflitos internos entre seus moradores, legitimando e justificando suas ações criminosas contra o ambiente natural e,

consequentemente, contra o povo que vive e depende dele para reproduzir sua vida, isso mostra que esses empreendimentos visam o desenvolvimento econômico, em detrimento do desenvolvimento social, marginalizando comunidades que praticam atividades tradicionais diretamente ligadas aos ambientes onde vivem, e que são contrárias ao processo capitalista e, portanto, tornam-se marginalizadas por esses agentes, caracterizando a injustiça ambiental. Podemos perceber que tais projetos desenvolvimentistas exploratórios e racistas se aproveitam da flexibilização ambiental e do racismo estrutural para se infiltrar nos territórios. E assim, fica o questionamento: afinal, o que é desenvolvimento? Para que serve? A quem ele serve?

Vale lembrar também que a extrema desigualdade social é marcante no território onde o jogo de poder e as injustiças são comuns, pois não há o aparato do Estado para atender as comunidades tradicionais, pelo contrário, o Estado se torna o potencializador de conflitos socioambientais.

Tais conflitos, porém, tendem a se radicalizar em situações de injustiça presentes em sociedades marcadas por fortes desigualdades sociais, discriminações étnicas e assimetrias de informação e poder. Nestes casos, o tema da saúde humana e ambiental se intensifica pela vulnerabilização de populações e territórios afetados, e a gravidade dos problemas de saúde pública se apresenta como importante bandeira de luta para as populações atingidas e movimentos sociais diversos. (PORTO e MILANEZ, 2009, p. 1986).

O quilombo do Cumbe passa por processos de invisibilização de diversas formas, a disputa territorial com a chegada de empreendimentos, os quais chamamos de “desenvolvimentistas”, que são apoiados pelo poder público, como o turismo convencional, as energias renováveis, a privatização dos recursos hídricos, alinhados com as afirmações da não existência de quilombos no estado. Isso dificulta o reconhecimento e a compreensão da presença de comunidades quilombolas na atualidade e, consequentemente, a descaracterização das mesmas, não só por parte da sociedade civil, mas por instituições públicas municipais e estaduais, que apoiam uma política neoliberal que gera a chegada de empreendimentos capitalistas nas comunidades, os chamados “estranhos”.

A CHEGADA DOS ESTRANHOS NO TERRITÓRIO DO CUMBE

No desenvolver deste tópico discutiremos quais foram os principais impactos gerados pelo que Martins (1993) denomina de “estranhos”, basicamente, os estranhos são agentes do capital que chegam nos territórios alheios, fragilizando os indivíduos nativos destes territórios. No caso estudado estes estranhos são os grandes empreendimentos que chegaram ao Cumbe, afetando as territorialidades quilombolas, ou seja, a realização das suas atividades tradicionais fundamentais à sua subsistência, que os territorializam como quilombolas do Cumbe, e gerando conflitos internos entre os moradores da comunidade.

Um dos grandes empreendimentos a chegar ao território do Cumbe e a impactar diretamente as atividades tradicionais, gerando conflitos socioambientais, é de origem estatal, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), que, de acordo com o site oficial desta companhia, foi fundada em 1971, objetivando prestar serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. É uma empresa de natureza público-privada, e atualmente opera em 152 municípios do Estado do Ceará, inclusive Aracati, onde se localiza o Cumbe.

Com base em Nascimento (2014), na década em que a CAGECE foi fundada ela se instalou no território do Cumbe. De acordo com “Cará”¹¹, quilombola ex-funcionário da empresa, essa retira a água do território não apenas para abastecer o próprio Cumbe, mas também atende inúmeras outras localidades no município de Aracati, sua sede, e a sede de Fortim (município vizinho). Esta ampla distribuição de água gerou consequências.

De acordo com “Tilápia”, quilombola do Cumbe, as lagoas interdunares eram cheias, de inverno a inverno, porém, com a chegada da CAGECE, estes corpos hídricos estão secando, tornando-se intermitentes, e com isso parte dos córregos desapareceram, pois se originavam das lagoas e do aquífero. Junto à diminuição do aporte hídrico desses mananciais, as práticas territoriais de pesca, lazer, lavagem de roupa e louça, banho nas lagoas e córregos, e armazenamento de água doce foram prejudicadas.

Os quilombolas acreditam que o desaparecimento dos córregos não é responsabilidade exclusiva da CAGECE, esta seria dividida com a carcinicultura, como veremos adiante. A diminuição do volume de água nas lagoas e a supressão de córregos, somado à salinização de poços na comunidade, têm relação com o grande volume de água retirado do aquífero, em comparação à sua recarga.

O aquífero do Cumbe é costeiro e, de acordo com Zanatta e Ramage (2016), “o excesso de bombeamento dos poços é a principal causa da salinização dos aquíferos costeiros”. Silva e Gomes (2007) também explicam que: a super exploração de água de aquíferos próximos ao mar causa desequilíbrios na interface água doce-salgada podendo, neste caso, gerar o deslocamento da cunha salina¹² para o aquífero. Segundo os quilombolas, a salinização dos poços afeta atividades domésticas e de subsistência, como a agricultura e a criação de animais.

Outro grande impacto é a transformação da água do território em mercadoria. Segundo Pinto et al. (2014): com a chegada da CAGECE, os quilombolas acabaram perdendo o livre e gratuito

¹¹ Ressaltamos que para a privacidade e segurança dos quilombolas que falam sobre os impactos ambientais, trocamos os seus nomes reais por nomes fictícios de animais encontrados no território, e o colocamos entre aspas para destaque.

¹² De acordo com Alves et. al (2019): É denominado cunha salina a área de encontro entre a água doce dos aquíferos continentais e a massa de água salgada provinda do mar.

acesso à água, a qual passou a ser encanada, vendida e fornecida para todo o município de Aracati, inclusive para o Cumbe.

De acordo com Castro (2021), diversas fontes de água do território, utilizadas em atividades cotidianas relacionadas à subsistência e cultura quilombola, diminuíram, perderam a qualidade, ou desapareceram com a chegada da CAGECE e de outros empreendimentos. É o caso de vários córregos que secaram ou foram privatizados, dos poços salinizados, lagoas privatizadas, e gamboas cercadas, obrigando muitos quilombolas a se sujeitar à água distribuída e vendida pela CAGECE pagando, diversas vezes, preços abusivos.

Outro grande empreendimento, que impactou as atividades tradicionais do Cumbe, Aracati/CE, foi a carcinicultura (criação de camarão) realizada em grandes tanques geralmente construídos em apicuns ou salgados¹³ ou mesmo de forma clandestina em áreas de mangue. Segundo Nascimento (2014), a carcinicultura chegou ao Cumbe, Aracati/CE em 1996. Relatam “Guaiamum” e “Uça”, quilombolas do Cumbe, que inicialmente a carcinicultura não encontrava resistência da comunidade, porque prometia desenvolvimento ao território, impetrando uma narrativa de desvalorização das atividades tradicionais.

Justificada por um discurso pautado no racismo ambiental de deslegitimação das territorialidades quilombolas, inicia-se a implantação dos tanques de carcinicultura na comunidade, ocasionando a degradação e desmatamento do mangue, podemos observar esses tanques na figura 1.

¹³ Apicuns e salgados são planícies hipersalinas, que costumeiramente se configuram como uma zona de transição para a vegetação de mangue.

Figura 1: Tanques de Carcinicultura no Cumbe, Aracati/CE. Vista de cima da duna correspondente ao cemitério da comunidade.



Fonte: CASTRO, 2021.

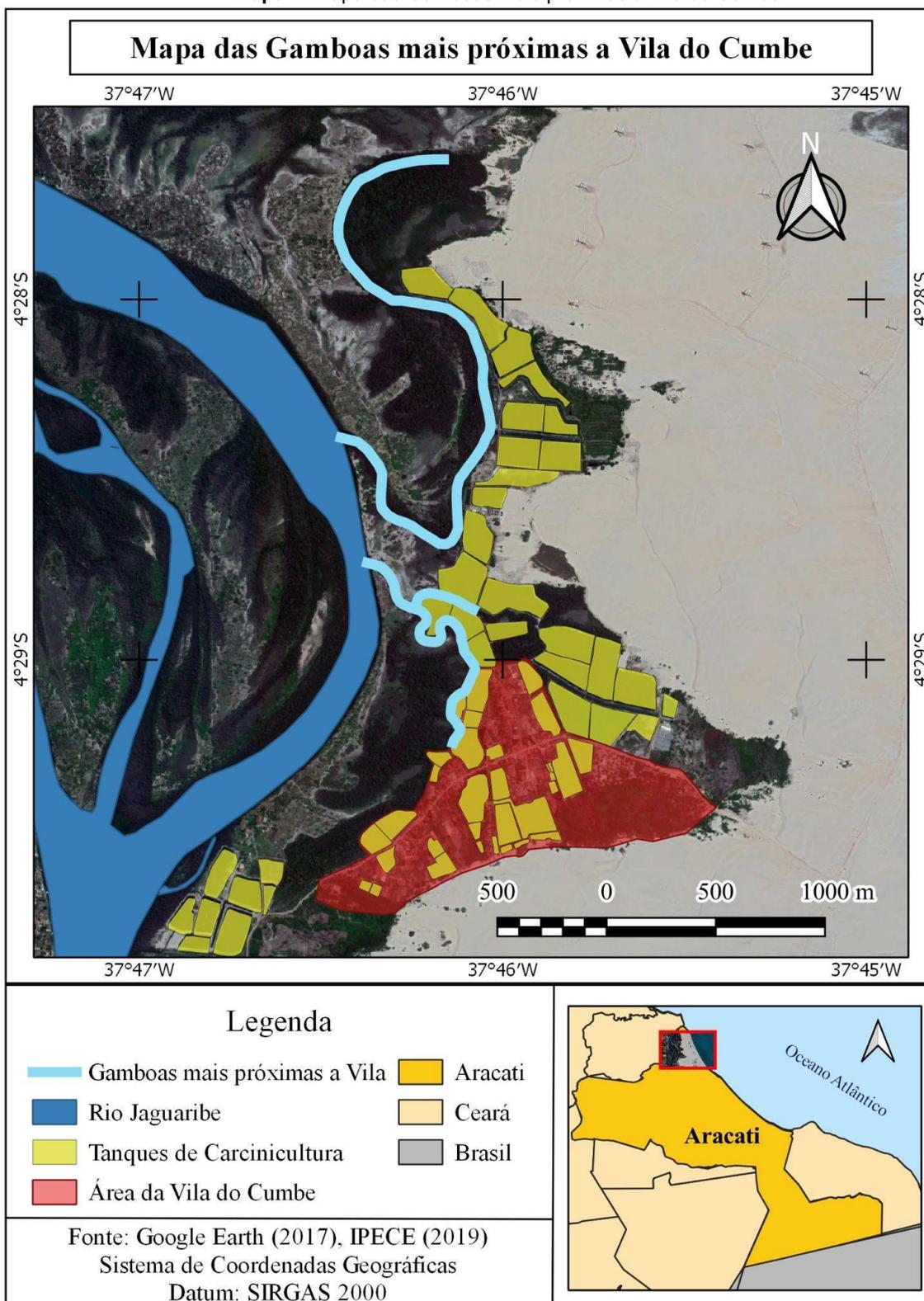
Segundo Ferreira, Melo e Costa Neto (2008), a carcinicultura é uma atividade de intenso impacto ambiental, que ao chegar a um mangue de um território tradicional prejudica a manutenção de sua cultura e sobrevivência.

A carcinicultura promoveu a privatização de córregos da comunidade, e a construção de tanques em locais onde anteriormente formavam-se lagoas, impactando diretamente nas atividades relacionadas à obtenção de água doce, lazer e pesca.

Com a construção dos tanques, próximos às gamboas¹⁴ do Jaguaribe, ocorre o cercamento dessas, privatizando suas margens e fragmentando o território tradicional, impedindo ou dificultando a passagem dos comunitários, como podemos observar no mapa 2. Afetando assim, com base em Meireles (2007), e no que observamos em campo, a prática da pesca, e da mariscagem, prejudicando a subsistência dos comunitários.

¹⁴ Trecho de rio ou de mar que só tem água na maré alta.

Mapa 2: Mapa das Gamboas mais próximas à Vila do Cumbe.



Fonte: CASTRO, SANTOS e SANTOS, 2022.

Mais uma problemática oriunda da carcinicultura foi a salinização dos poços, afetando atividades cotidianas e produtivas. A produção de camarão é realizada em diversas etapas, de acordo

com Figueirêdo et al (2006), as que mais contribuem para a salinização das águas no entorno são as de aclimação e preparo do solo. Durante a aclimação, os carcinicultores, localizados nas bacias do Médio e Baixo Jaguaribe, costumam utilizar água salgada no início deste processo, a qual será despejada nos corpos de água doce do Jaguaribe, colaborando assim com o acúmulo de sais nos corpos hídricos. Considerando que as águas superficiais têm contato com as águas subterrâneas, esta acumulação de sais irá afetar inclusive o aquífero da região, o mesmo que abastece o Cumbe.

Figueirêdo et al. (2006) também explica que, na etapa da preparação do solo, quando se realiza a secagem completa do viveiro, após a despesca, há um acúmulo de sais no fundo dos viveiros, acarretando a salinização do solo. Baseando-nos em Ferreira, Melo e Costa Neto (2008), a salinização do solo leva à salinização da água nas áreas próximas às fazendas de camarão.

Em se tratando da salinização do aquífero, outro fator contribuidor, de acordo com Meireles et al (2007), e Costa (2013), é a ocupação de grandes áreas de recarga do aquífero para a construção dos tanques, diminuindo o fluxo de água doce que alimenta o lençol freático. Segundo Costa (2013), outro ponto potencializador da salinização das águas subterrâneas é a inserção de tanques de água salgada em um ambiente caracterizado originalmente de água doce, o que vem ocorrendo no Cumbe há algum tempo.

Podemos observar, com base no que foi lido em Costa (2013), Figueirêdo et al. (2006) e Meireles et al. (2007), que a salinização dos poços não é ocasionada apenas pelos tanques de carcinicultura construídos próximos à comunidade do Cumbe. Outros tanques, mais à montante da comunidade, por despejarem água salgada nos mananciais e ocuparem as áreas de recarga de água do aquífero, influenciam também no processo de salinização dos poços do Cumbe, à medida que interferem no aquífero como um todo. Um último ponto que consideramos, de acordo com a leitura de Silva e Gomes (2007) e com as entrevistas junto aos quilombolas, que pode estar ocasionando a salinização dos poços, é a retirada em excesso da água subterrânea para encher os diversos tanques de carcinicultura da região.

A poluição do Rio Jaguaribe e de suas gamboas é outro impacto da carcinicultura que afeta as atividades tradicionais da comunidade, por conta do excesso de matéria orgânica e químicos contidos nos tanques que são despejados no corpo d'água, com base em Figueiredo et al. (2006), Nogueira, Rigotto e Teixeira (2009), e Ribeiro et al. (2014), os químicos utilizados na carcinicultura, acrescidos à utilização de fertilizantes inorgânicos, tornam a água desses tanques poluídas, além disso deve-se considerar também a matéria orgânica resultante dos dejetos do camarão e o resto de rações de sua alimentação. Essas águas poluídas, muitas vezes, acabam sendo liberadas no rio Jaguaribe ou em suas gamboas, ocasionando a morte de animais que dependem dessas águas e do próprio mangue.

Conforme Nogueira, Rigotto e Teixeira (2009), uma das populações de animais do mangue mais afetadas pela poluição foi a de caranguejo, reduzida consideravelmente, afetando de forma direta uma das atividades mais importante para a subsistência do quilombo, a cata de caranguejo. De acordo com os comunitários, a poluição do rio também afetou à pesca e à mariscagem fluvial.

Concluimos que o advento da carcinicultura no Cumbe gerou diversos impactos, dentre eles: o cercamento de córregos e de gamboas, a salinização da água dos poços e a poluição do rio e de suas gamboas. Esses impactos afetaram, diretamente, as práticas territoriais necessárias para a subsistência dos quilombolas, como a obtenção de água potável, a cata de caranguejo, a pesca e a mariscagem.

Vale ressaltar que a área mais povoada do território da comunidade, onde se encontra a Associação Quilombola do Cumbe, entidade composta por membros da comunidade que lutam diariamente contra os avanços do capital no seu território, encontra-se cercada por tanques de carcinicultura.

O terceiro grande empreendimento que prejudicou as atividades tradicionais do quilombo, pautado em uma ideologia desenvolvimentista sob a proteção de um discurso de sustentabilidade, foi a usina eólica. Consonante Nascimento (2014), a empresa eólica se estabeleceu na comunidade no ano de 2008, e com ela trouxe diversos problemas aos comunitários. Segundo Santos (2014), foram instalados três parques eólicos no campo de dunas do Cumbe, os quais abrangem 67 aerogeradores.

A empresa foi implantada no território da comunidade utilizando o discurso do “desenvolvimento sustentável”, prometendo emprego e apresentando apenas os benefícios que ela supostamente traria ao território tradicional. Parte da comunidade resistiu à implantação dos aerogeradores, porém, mesmo assim esses foram fixados.

Já na etapa da construção da eólica, diversos impactos foram gerados, o primeiro foi o soterramento completo ou parcial das lagoas interdunares para a construção de estradas e implantação dos aerogeradores. Com base nos relatos dos(as) quilombolas, as lagoas têm grande importância para a comunidade, pois são locais para as práticas cotidianas de lazer e de subsistência, originando o alimento, devido a pesca, e como fonte de renda, visto que, algumas pessoas da comunidade as utilizavam como pontos de venda de produtos.

Meireles (2011) e Mendes (2019) explicam que o soterramento de lagoas interdunares, para a construção de acessos aos aerogeradores, é uma prática usual nos parques eólicos implantados nos campos de dunas nordestinos, e Meireles (2011) afirma que o Cumbe foi um deles.

Consonante o que lemos em Chaves, Brannstrom e Silva (2017), e ouvimos dos quilombolas, outro grande problema gerado pela empresa eólica foi a implantação de fios elétricos no

subterrâneo do campo de dunas, inclusive sob as lagoas, impedindo que os quilombolas as utilizem devido ao risco de morte.

Outro grande impacto é a impermeabilização de uma parcela do campo de dunas, em virtude da sua compactação para a construção das estradas e dos aerogeradores. “Para garantir o acesso a turbinas e cabines de controle, estradas foram construídas sobre as dunas. Para isso, dunas foram compactadas diminuindo a infiltração da água das chuvas e reduzindo o nível do lençol freático” (SANTOS, 2014, p. 66).

Com base no que lemos em Chaves, Brannstrom e Silva (2017), Nascimento (2014), Pinto et al (2014), Santos (2014), e ouvimos dos(as) quilombolas, após a implantação do parque eólico, alguns problemas que já existiam durante a sua construção se agravaram. Como por exemplo, a privatização do campo de dunas e do acesso ao mar.

A empresa eólica objetivava manter a área dos parques totalmente privada, especialmente após sua construção, reduzindo o acesso dos quilombolas à grande parte do seu território, impedindo-os de utilizar as lagoas que ainda existiam e não possuíam fios elétricos no seu subsolo, ao mesmo tempo que impediam o acesso de quilombolas ao mar, visto que parte dos parques eólicos se localiza entre o mar e a comunidade.

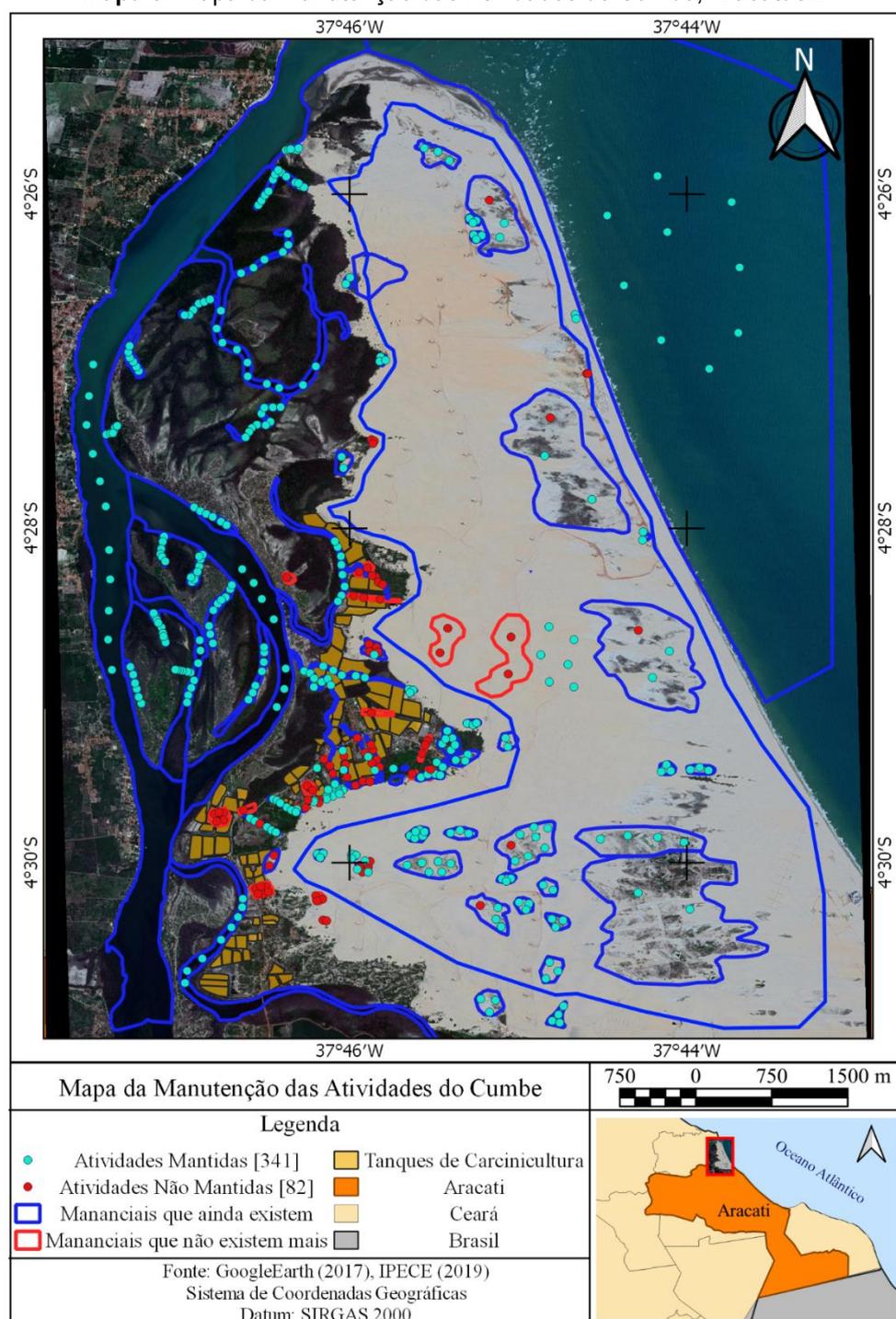
Impedir o acesso às lagoas e ao mar prejudicou consideravelmente o modo de vida quilombola. Pois, de acordo com eles, e a leitura de Chaves, Brannstrom e Silva (2017), as lagoas têm uma importância imensurável para a prática do lazer do quilombo, e o mar para a sua subsistência, considerando-se que, em algumas épocas do ano os pescadores ao invés de pescarem no rio Jaguaribe, preferem pescar no mar, onde a quantidade de peixe é significativamente maior.

A privatização levou a uma grande luta do quilombo para acessar as lagoas restantes e o mar. Atualmente, os quilombolas têm acesso a esses mananciais, uma conquista do processo de reivindicação que fizeram, mas precisam se identificar ao entrar no parque eólico e se responsabilizar por qualquer acidente que possa vir a acontecer nas imediações. Desta forma, a eólica prejudicou, e ainda prejudica, a realização da pesca marítima e lacustre, banhos de mar e lagoa.

Como pudemos testemunhar nas discussões acima, com a chegada dos empreendimentos da CAGECE, carcinicultura, e eólica, elementos que não participavam do cotidiano da comunidade, os “estranhos” como diria Martins (1993), sucederam-se diversos desequilíbrios no território quilombola, afetando sobremaneira as águas do território, o que veio a dificultar a realização de algumas atividades tradicionais e tornar inviável a realização de outras, como podemos observar no Mapa 3, construído junto aos quilombolas.

De acordo com o Mapa 3, podemos constatar que das atividades tradicionais relacionadas diretamente com os mananciais do território, temos um total de 423 atividades, 341 dessas ainda ocorrem por mais que tenham sido impactadas, porém, 82 deixaram de existir devido aos diversos impactos discutidos anteriormente, dessas, 42 ocorriam em mananciais que ainda existem, mas que deixaram de ser realizadas devido à privatização desses corpos hídricos.

Mapa 3: Mapa da Manutenção das Atividades do Cumbe, Aracati/CE.



Fonte: CASTRO, SANTOS e SANTOS, 2022.

Ainda analisando o mapa, percebemos que a maioria das atividades que não foram mantidas, estão ou próximas aos tanques de carcinicultura ou no campo de dunas, o qual foi privatizado pelas eólicas (porção amarelo esbranquiçada do mapa). As áreas mais afastadas desses grandes empreendimentos tiveram suas atividades mantidas, mesmo que algumas delas tenham sido prejudicadas.

Por fim, percebemos que diversas atividades tradicionais do quilombo, que variam desde a pesca, até a agricultura, e os banhos de lagoa, foram afetadas diretamente pelas empresas que chegaram ao território. Todas estas atividades são práticas territorializadoras dos quilombolas, necessárias para a existência e reprodução do seu “território de vida” (LEFF, 2018), que mesmo com todas as dificuldades resiste ao avanço dos grandes empreendimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência do Quilombo do Cumbe tem sido ameaçada pelo conjunto de impactos sociais e ambientais provenientes dos empreendimentos empresariais, de iniciativa pública ou privada, que adentraram no território desde os anos 1970, primeiramente com a instalação da CAGECE e, na sequência, a expansão da carcinicultura e a construção dos parques eólicos. Desde então, a comunidade luta pela manutenção do seu território, conservação dos ecossistemas e afirmação de sua identidade quilombola. Essa situação é marcada por um racismo ambiental, que questiona, sistematicamente, a identidade quilombola, e injustiças sociais que impedem dos(as) quilombolas viverem plenamente o seu território.

O racismo ambiental promove a escolha da comunidade quilombola como uma “zona de sacrifício”¹⁵ do capital, tornando-a alvo de empresas degradadoras do ambiente. À medida que essas empresas degradam o ambiente, conseqüentemente, afetam atividades tradicionais do quilombo prejudicando a realização das territorialidades quilombolas e, conseqüentemente, gerando resistência dos comunitários tanto para a manutenção de suas atividades, quanto para impedir essa expansão capitalista em seu território.

Por mais que haja a degradação gerada pelas empresas nos bens naturais do território em questão. Devido a resistência quilombola é notória a conservação de grande parte dos sistemas ambientais que recortam a comunidade do Cumbe. Estes ambientes dependem, essencialmente, da

¹⁵ Com base em Knox e Ferreira (2022) esse termo é utilizado para designar os locais selecionados pelo capital para receber os danos ambientais do desenvolvimento. São áreas que são sacrificadas para supostamente trazer um “bem maior”, é importante acrescentarmos que o racismo ambiental e a injustiça ambiental são fatores que influenciam sobremaneira nas decisões desses locais.

existência dos(as) quilombolas que, ancestralmente, vem convivendo harmoniosamente com a natureza ao seu redor, extraindo dela apenas o suficiente para a reprodução digna de suas vidas e defendendo, a saúde do Rio Jaguaribe, o manguezal em pé, a conservação das praias, lagoas e dunas, e a biodiversidade encontrada em todos esses ambientes. Sem a existência dessa população tradicional, esse ambiente já teria sido completamente usurpado e degradado, pois são os quilombolas quem realmente o protegem, pois estes dependem diretamente da saúde de seu ambiente para a realização de suas atividades e a reafirmação de sua identidade.

Outro ponto que pudemos perceber na decorrência das discussões é a grande importância da categoria território, tanto do ponto de vista teórico para compreendermos a realidade estudada, quanto do ponto de vista prático para que a comunidade estudada possa se reproduzir socialmente. Afinal, é no território que a vida do quilombo acontece, é no território que são realizadas suas diversas práticas culturais e as vivências de seu ambiente. A autonomia sobre seu território (mesmo que ameaçada pelos grandes empreendimentos) é o que promove a possibilidade de a comunidade quilombola resistir as imposições do capital e (re)existir¹⁶ a sua própria maneira, com base em sua cosmovisão, à qual conservar os bens naturais de seu território é essencial para sua sobrevivência.

Defender a permanência das comunidades e povos tradicionais, em seus territórios originários, é assegurar os serviços ecológicos dos ecossistemas, um ambiente integral e saudável, a reprodução digna das pessoas com segurança e soberania alimentar, a perpetuação das identidades e culturas ancestrais, garantir a justiça ambiental, mas além disso é também proporcionar esperança para que a humanidade tenha um futuro, pois no contexto de crise ecológica mundial que vivemos, a manutenção de ambientes naturais conservados é uma medida essencial para a atenuação dos efeitos devastadores de tal crise.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio. 2004.
- ARENDT. Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1969.
- BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Técia; DANTAS, Eustógio. (Org). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, v. 6, n. 1, p. 50-62, 25 set. 2008.

¹⁶ Para mais informações sobre o termo utilizado ler por Porto-Gonçalves (2006).

- BULLARD, Roberto. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. ACSELRAD, Henri, HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2004.
- CARTIER, Ruy; BARCELLOS, Christovam; HUBNER, Cristiane; PORTO, Marcelo Firpo. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cad. Saúde Pública** [online]. v.25, n.12, p.2695-2704, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001200016>. Acesso em 01 de agosto de 2022
- CARVALHO, Roberta Monique A.; LIMA, Gustavo Ferreira da C. Comunidades quilombolas, territorialidades e a legislação no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Ciências Sociais**, n. 39, p.329-346, out. 2013.
- CASTRO, Ariel Rocha Nobrega De. **A Apropriação Capitalista da Natureza e os Conflitos pela Água no Território do Cumbe (Aracati/CE): Lutar e Resistir por um Bem Comum**. 2021. 309 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=104118>> Acesso em: 28 de outubro de 2022.
- CHAVES, Leilane Oliveira; BRANNSTROM, Christian; SILVA, Edson Vicente da. Energia eólica e a criação de conflitos: ocupação dos espaços de lazer em uma comunidade no nordeste do Brasil. **Sociedade e Território**, v. 29, n. 2, p. 49-69, 2017.
- CHAVES, Leilane Oliveira; SILVA, Edson Vicente. Comunidades negras no Ceará: da invisibilidade à formação dos quilombos contemporâneos. **Novos Cadernos NAEA**, v. 20, n. 3, 2018.
- COSTA, Thuanny Christina Pereira. **Impacto da Carcinicultura Marinha sobre o Mangue**. 2013. 29f. Monografia (Graduação em Zootecnia), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/66/o/13_2013-1_TCC-IMPACTO_DA_CARCINICULTURA_MARINHA_SOBRE_O_MANGUE.pdf> Acesso em: 20 de setembro de 2023.
- FERREIRA, Douglasnilson de Moraes; MELO, Jailson Vieira de; COSTA NETO, Leão Xavier da. Influência da Carcinicultura sobre a salinização do solo em áreas do município de Guamaré/RN. **Holos**, v.2, p. 72 - 80, 2008.
- FIGUEIRÊDO, Maria Cléa Brito de; ROSA, Morsyleide de Freitas; MORAIS, Lúcia de Fátima Sabóia; PAULINO, Walt Disney; GOMES, Raimundo Bemvindo. Impactos ambientais da carcinicultura de águas interiores. **Engenharia Sanitária Ambiental**, v.11, n.3, p. 231 - 240, 2006.
- GORAYEB, Adriane; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; SILVA, Edson Vicente da. Princípios básicos de cartografia e construção de mapas sociais: metodologias aplicadas ao mapeamento participativo. In: _____. **Cartografia social e cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. p. 9 – 24.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do " Fim dos territórios" à Multiterritorialidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v.3, n.1, Abril, 2008. Disponível em:< <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>.> Acesso em 03 de agosto de 2022.
- KNOX, Winifred; FERREIRA, José Gomes. DESASTRE AMBIENTAL E ZONAS DE SACRIFÍCIO: O DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NO NORDESTE DO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO. **Revista da ANPEGE**. v.12, n.37, p. 89-105, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/51926/1/DesastreAmbientaZonas_Knox_Ferreira_2023.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.
- LEÃO, Fernando Antonio Fonetele; MELO, Rafael Dias de; ROCHA, Maiara Melo; RIGOTTO, Raquel Maria. A produção de conhecimentos em diálogo com os sujeitos afetados por conflitos ambientais: Pedagogia do Território e participação. In:

Toledo, Renata Ferraz (Et al). (Org.). **Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018, p. 1-568.

LIMA, Maria do Céu. PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS DO CEARÁ: modo de vida, confrontos e horizontes. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v 10, p.39-54, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2108/1/Pescadoras%20e%20pescadores%20artesanais%20do%20Ceara.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

MARTINS, José de Souza de. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; CASSOLA, Rodrigo S.; TUPINAMBÁ, Soraya Vannini; QUEIROZ, Luciana de Souza. Impactos ambientais decorrentes das atividades da Carcinicultura ao longo do litoral cearense, nordeste do Brasil. **Mercator**, v.6, n.12, p. 83 -106, 2007.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais. **CONFINS**, v.11, n.11, p. 1 - 27, 2011.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; GORAYEB, Adriane; ROCHA, Brenda Gaudino; LANDIM NETO, Francisco Otávio. Contribuições da cartografia social para assegurar soberania territorial de comunidades camponesas. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias. **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 279 – 302.

MENDES, Jociléa Sousa. Contradições do discurso sustentável da energia "limpa": problemas locais versus soluções regionais. In: GORAYEB, Adryane; BRANNSTROM, Christian; Meireles, Antônio Jeovah de Andrade. **Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2019. p. 159 – 178.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do; LIMA, Ivan Costa. Nas trilhas da memória e da história: Cumbe um museu a céu aberto. In: Encontro Regional Nordeste de História Oral, 11, 2017. Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017. p. 2 -14. Disponível em: http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494036579_ARQUIVO_HistoriaOralFortaleza2017Final.pdf. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. **Processos educativos: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental**. 2014. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

NOGUEIRA, Francisca Neuma Almeida; RIGOTTO, Raquel Maria; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo. O agronegócio do camarão: processo de trabalho e riscos à saúde dos trabalhadores no município de Aracati/Ceará. **Revista Bras. Saúde Ocup.**, v.34, n.119, p.40 - 50, 2009.

PINTO, Marcia Freire; NASCIMENTO, João Luiz Joventino do; BRINGEL, Paulo Cunha Ferreira; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território? **Gaia Scientia**, v. 8, n. 1, p. 271–288, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/view/22721/12598> Acesso em: 04 de maio de 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. UNAM, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana. **Geographia**. v.8 , n. 16, p. 37 - 52, 2006.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2009, n. 14, v. 6, p. 1980-1994. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012431004>. Acesso em 15 de agosto de 2022.

RIBEIRO, Luisa Ferreira; SOUZA, Manuel Macedo de; BARROS, Francisco; HATJE, Vanessa. Desafios da carcinicultura: aspectos legais, impactos ambientais e alternativas mitigadoras. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v.14, n. 3, p. 365 - 383, 2014.

SANTOS, Alice Natajara Garcia. A energia eólica do litoral do NE do Brasil, Desconstruindo a "sustentabilidade " para promover a "justiça ambiental". **Heirinck Böll Stiftung**. p. 1-18, 2014.

SANTOS, Lara Maia dos. **Os caminhos do turismo comunitário e da afirmação territorial na Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati – CE**. 2020. 121f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Bruno Tiago Ângelo; GOMES, Carisia Carvalho. Intrusão marinha em poços de exploração de água subterrânea, na Beira - Mar de Fortaleza - Ceará. In: XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. 11. 2007. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2007. p. 1 - 20. Disponível em: < https://abrh.s3.sa-east-1.amazonaws.com/Sumarios/19/b87d71cdd2b752655b1e94460fe30ba0_9cad614e8a9f89fc35c70f179b396520.pdf >. Acesso em 02 setembro de 2022.

SILVA, Luana Viana Costa e. **Relação entre a dinâmica espaço-temporal de uso e ocupação do solo e os conflitos ambientais**: o caso da comunidade do Cumbe, Aracati, Ceará, Brasil. 2016. 129f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SILVA, Simone Rezende da. NASCIMENTO, Lisangela Kati do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Caderno CEDEM**, v. 3, n. 1, p.23-37, 2012.

SOUZA, Rafaela Lopes. CAVALCANTE, Leandro Vieira. Práxis epistêmica da pedagogia do território: Contribuições decoloniais à geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 46, n. 6, p. 1-20, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e Territórios**: uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SUERTEGARAY, Dirce. **Meio, Ambiente e Geografia**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2021.

THIOLLENT, Michel. A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária. **Pesquisa participante**: a partilha do saber. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

ZANATTA, Lauro César; RAMAGE, Larissa. Monitoramento da intrusão salina no aquífero Ingleses - Florianópolis, SC. In: XIX Congresso Brasileiro das Águas Subterrâneas. 09. 2016. Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas, 2016. p. 1 - 16. Disponível em: < <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/28792/18683> >. Acesso em: 05 de outubro de 2022.